

O USO DE APETRECHO DE PESCA PREDATÓRIO EM RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS NO PARÁ: EXTENSÃO, CONFLITOS E DANOS

THE USE OF PREDATORY FISHING GEAR IN MARINE EXTRACTIVE RESERVES IN PARÁ: EXTENT, CONFLICTS, AND DAMAGES

Artigo recebido em: 9/1/2026

Artigo aceito em: 7/4/2026

Patrick Heleno dos Santos Passos*

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Marabá, Pará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8735028689085038>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5044-8477>
patrick.passos@ifpa.edu.br

Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro*

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Belém, Pará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3519207052266437>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1661-7609>
suezilde.ribeiro@ifpa.edu.br

Wellington Augusto Andrade Fernandes*

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Castanhal, Pará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3195108534338786>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5609-8973>
w.fernandes@ifpa.edu.br

João Hamilton Pinheiro de Souza**

**Universidade do Estado do Pará (UEPA), Castanhal, Pará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2381749916977513>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5348-6839>
jhpsouza@uepa.br

Monica Nazaré Espírito Santo da Silva*

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Belém, Pará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2258510006231654>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9471-1288>
monica.silva@ifpa.edu.br

Sandra Regina Pereira Gonçalves***

***Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG),

Curuçá, Pará, Brasil

sandramarisqueira@gmail.com

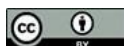
The authors declare that there is no conflict of interest

Resumo

Este estudo analisa o uso de apetrechos de pesca proibidos, como o "fiapo", em Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste paraense. O objetivo foi compreender a origem e os impactos socioambientais dessa prática na captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*). A metodologia utilizou pesquisa documental em arquivos do ICMBio e grupos focais com pescadores das RESEX Mocapajuba, São João da Ponta e Mãe Grande de Curuçá, empregando

Abstract

This study examines the employment of prohibited fishing gear, such as the locally termed "fiapo", within Marine Extractive Reserves (RESEX Mar) in northeastern Pará. The research aimed to elucidate the origins and socio-environmental impacts of this practice on the harvest of the uçá crab (*Ucides cordatus*). The methodological framework encompassed documentary research in ICMBio archives and focus groups with fishers from the Mocapajuba,



cartografia social para o mapeamento dos conflitos. Os resultados demonstram que o uso desse apetrecho predatório exerce pressão sobre 70 áreas de extração, desencadeando intensos conflitos territoriais entre comunidades e danos severos ao ecossistema de manguezal, com ressecamento do solo e mortalidade de fêmeas. Identificou-se a expansão da prática ilegal para a ilha do Marajó. A pesquisa culminou na elaboração coletiva de uma proposta de política pública entregue ao ICMBio, visando o ordenamento pesqueiro e a proteção dos maretórios. Conclui-se que a gestão integrada e o diálogo com as populações tradicionais são fundamentais para conter o avanço dessas práticas e garantir a sustentabilidade da cadeia produtiva na Amazônia costeira.

Palavras-chave: *Ucides cordatus*. Gestão Pesqueira. Disputas Territoriais. Populações Tradicionais. Amazônia Costeira.

São João da Ponta, and Mãe Grande de Curuçá reserves, utilizing social cartography for the spatial mapping of disputes. Results indicate that the use of this predatory gear exerts considerable pressure across 70 mapped extraction areas, triggering acute territorial conflicts between communities and causing severe degradation to the mangrove ecosystem, notably through soil desiccation and increased female mortality. Furthermore, the expansion of this illicit practice to Marajó Island was identified. The research culminated in the collective formulation of a public policy proposal submitted to ICMBio, intended to enhance fishery management and safeguard traditional "maretórios" (coastal territories). It is concluded that integrated governance and continuous dialogue with traditional populations are essential to curb the proliferation of such practices and ensure the long-term sustainability of the productive chain in the coastal Amazon.

Keywords: *Ucides cordatus*. Fishery Management. Territorial Disputes. Traditional Populations. Coastal Amazon.

1 INTRODUÇÃO

O intento desta publicação é visibilizar os problemas decorrentes do uso de arte de pesca proibida em unidades de conservação da categoria de uso sustentável, especificamente em Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX Mar). A redinha, farrapo ou fiapo é a técnica predatória empregada na extração do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), cuja exploração nas RESEX Mar do Pará sustenta uma complexa cadeia produtiva que integra dimensões biológicas e socioeconômicas fundamentais para as populações locais.

A trajetória desse apetrecho remonta aos anos 80, com registros iniciais no Rio de Janeiro e posterior difusão pelo litoral nordestino, chegando à Paraíba em 1989. Devido ao seu caráter predatório e à falta de seletividade quanto ao tamanho e sexo do crustáceo, o IBAMA proibiu seu uso no Norte e Nordeste através da Portaria nº 034/03-N. No Pará, fluxos migratórios históricos de pescadores entre o nordeste paraense e a Baía do Marajó intensificaram o uso dessa técnica, gerando tensões territoriais e o estigma de "invasores" entre as comunidades tradicionais, o que acelerou a luta pela criação de territórios protegidos, como a RESEX Mar de Soure.

Atualmente, o uso indiscriminado do fiapo desafia o ordenamento pesqueiro nas Reservas de Mãe Grande de Curuçá, São João da Ponta e Mocapajuba. Diante deste cenário, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a extensão dos danos socioambientais e a escalada de conflitos gerados por essa prática ilegal em territórios de uso sustentável.

A partir dessa problematização, estabelece-se como objetivo geral analisar a dinâmica socioespacial e os impactos do uso de apetrechos de pesca proibidos nas bacias dos rios Mojuim e Mocajuba, no nordeste paraense. Para alcançar esse propósito, delineiam-se os seguintes objetivos específicos mapear por meio de cartografia social, as áreas de pressão e os pontos de extração afetados pelo uso do fiapo/farrapo.

Analisar o histórico e conflitos: reconstruir a linha do tempo do uso da técnica na região (período 2018-2023) a partir de registros oficiais dos Conselhos Deliberativos das RESEX Mar. Avaliar os impactos socioeconômicos a fim de caracterizar a vulnerabilidade social das comunidades através de dados do Cadastro Único, correlacionando a dependência do recurso pesqueiro e do manguezal e propor a confecção de minuta de proposta de política pública para o ordenamento pesqueiro, fundamentada no diálogo com as lideranças locais, para entrega formal ao ICMBio.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para atender aos objetivos, o estudo foi dividido em quatro etapas metodológicas gerais: (i) Solicitação de autorização no SISBio/ICMbio, Autorização no Conselho das RESEX Mar estudadas, Autorização no CPE; (ii) Pesquisa documental; (iii) Articulação com as comunidades e Grupos Focais; (iv) Cartografia Social e Especialização dos dados.

2.1 Segurança jurídica e ética na pesquisa

Inicialmente, foi obtida autorização para atividades científicas junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), processo nº 88224-2.

Em seguida, o estudo foi apresentado e submetido à apreciação dos Conselhos Deliberativos das unidades de conservação incluídas na área de estudo, com posterior deferimento formal, conforme registros em atas oficiais: (i) RESEX Mar de São João da

Ponta, conforme ata da 1ª reunião ordinária; (ii) RESEX Mar Mocapajuba, conforme ata da 2ª reunião ordinária; (iii) RESEX Mar Mãe Grande de Curuçá, mediante consulta formal conduzida pelo ICMBio, registrada no Ofício nº 113/2024/NGI ICMBio Salgado Paraense, com anuência dos conselheiros e emissão do documento comprobatório.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme Parecer Consubstanciado nº 7.554.385, emitido pelo Núcleo de Formação Indígena da Universidade do Estado do Pará.

2.2 Pesquisa documental contida nos registros oficiais

Reconhecendo a existência de registros institucionais relevantes no ICMBio, foi empregada a técnica de pesquisa documental, conforme proposta metodológica de Gil (2008), com o objetivo de analisar significados e recorrências nos documentos oficiais relacionados ao tema do estudo.

Entre agosto de 2024 e junho de 2025, foi realizada a solicitação e análise de registros institucionais por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo nº 02070.000314/2025-71, que possibilitou vistas aos processos administrativos das seguintes unidades de conservação: RESEX Mar Mãe Grande de Curuçá (Processo nº 02122.010248/2016-01), RESEX Mar de São João da Ponta (Processo nº 02122.000458/2017-64) e RESEX Mar Mocapajuba (Processo nº 02122.000481/2021-35).

O pedido acessou atas e comunicações dos conselhos deliberativos dos últimos cinco anos que mencionaram as palavras-chave: “conflito de pesca”, “farrapo”, “fiapo”, e “dano ao manguezal”. O objetivo visou construir uma linha do tempo com registros de comunicações relativas ao tema, possíveis conflitos entre as comunidades e os impactos ambientais.

O ICMBio concedeu acesso irrestrito a um amplo conjunto documental, incluindo ofícios e memorandos, atas, e-mails, o que ampliou significativamente o escopo da análise.

2.3 Articulação com as comunidades e grupos focais

Após a elaboração da linha do tempo, realizou-se a articulação com lideranças e comunidades de pescadores artesanais das RESEX Mar, com o objetivo de apresentar resultados preliminares da pesquisa documental e ouvir os diálogos do grupo de pescadores e extrativistas com experiência de atuação no território, essa articulação ocorreu através das Associações de Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas (AUREMs) e suas lideranças.

Foram constituídos grupos focais, compreendidos como espaços de discussão coletiva mediados por moderador(a), voltados ao compartilhamento de experiências e percepções sobre os conflitos no território, a participação foi limitada a dez representantes por RESEX Mar, conforme recomendações e o pedido dos pescadores que gostariam de ser ouvidos e pudessem estabelecer trocas de conhecimentos, sobre o que estava acontecendo em cada comunidade dos territórios.

Para o fortalecimento da representatividade, a seleção dos participantes seguiu critérios de intencionalidade, buscando compor grupos que refletissem a diversidade dos territórios. Segundo Gatti (2005), a composição deve privilegiar pessoas que possuam vivência direta com o tema, permitindo que os elementos tragam âncoras em suas experiências cotidianas.

Visando o equilíbrio de gênero e a inclusão social, adotou-se a paridade entre homens e mulheres pescadoras, reconhecendo a representatividade feminina nas atividades pesqueiras, especial na cadeia produtiva do caranguejo. Como aponta Barbour (2009), a estruturação de grupos focais inclusivos permite captar nuances que entrevistas individuais poderiam negligenciar, especialmente ao lidar com dinâmicas de poder e acesso aos recursos naturais. Além disso, a inclusão de diferentes faixas etárias e níveis de atuação política (lideranças e pescadores de base) foi fundamental para garantir que o grupo não fosse apenas um espaço de fala, mas um cenário de interação e ressignificação de saberes (Backes *et al.*, 2011).

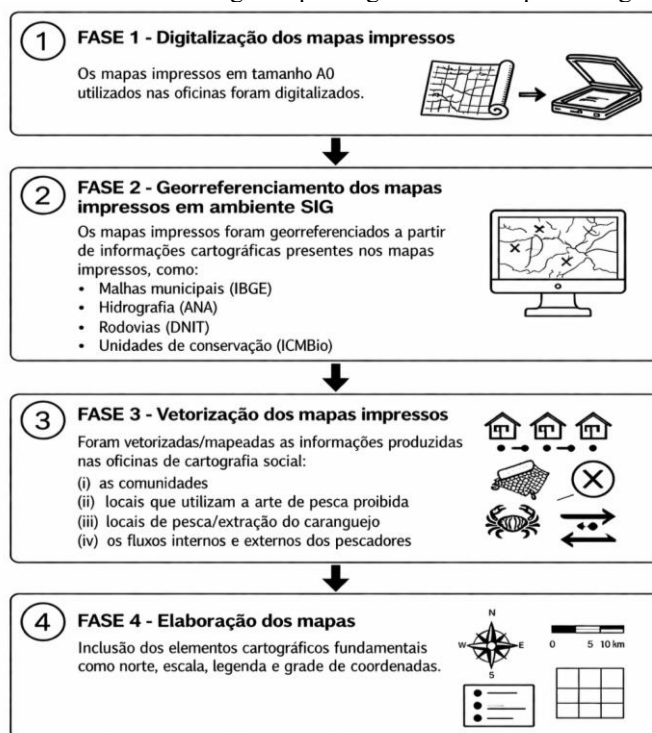
As reuniões ocorreram nas comunidades de Beira-Mar (Curuçá), São Francisco e Porto Grande (São João da Ponta) e na sede do município de São Caetano de Odivelas. Complementarmente, realizou-se pesquisa exploratória em bases científicas para fundamentar os achados empíricos sobre o tema.

2.4 Cartografia social e espacialização dos dados

Em relação ao processo de construção dos mapas cartográficos que identificaram (i) as comunidades, (ii) locais que utilizam a arte de pesca proibida, (iii) locais de pesca/extração do caranguejo e (iv) os fluxos internos e externos dos pescadores a partir de dados obtidos através das oficinas de cartografia social, foram seguidas determinadas fases metodológicas para alcançar o objetivo proposto de identificar e mapeamento de tais práticas. Dessa maneira, foram elaborados mapas utilizando o software de sistema de informação geográficas (SIG) ArcGIS/ArcMAP versão 10.3.1 (ESRI, 2015) para manipulação dos dados (vetorial e raster), organização e gerenciamento do banco de dados geográfico (BDGeo), recortes de dados cartográficos para os limites da área de estudo, vetorização, georreferenciamento dos dados espaciais produzidos nas oficinas e por fim na elaboração do layout dos projetos cartográficos.

As fases metodológicas (figura 1) que originaram os mapas cartográficos foram divididas em quatro fases, a primeira fase consistiu na digitalização dos mapas impressos (tamanho A0) utilizados nas oficinas, originando arquivos no formato raster. Em seguida, na fase dois foi realizado o georreferenciamento dos mapas impressos (após sua digitalização) em ambiente SIG utilizando software ArcGIS/ArcMAP, com base nos bancos públicos de dados geográficos do tipo vetorial dos órgãos, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Agência Nacional de Águas - ANA, Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte - DNIT e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Figura 1: Fases metodológicas que originaram os mapas cartográficos.



Fonte: Autores, 2026.

A organização do banco de dados geográfico (BDGeo) foi dividida em dados geoespaciais do tipo vetorial e dados raster, composto por arquivos nos formatos (.shp) e (. geoTIFF) de diferentes fontes de dados. Contendo informações georreferenciadas de infraestrutura de determinados órgãos estatais, vale ressaltar que todos os dados utilizados nos mapas são de acesso público, conforme (Quadro 1).

Quadro 1 - Dados cartográficos utilizados

DADOS GEOESPACIAIS	FONTE	TIPO/FORMATO
Malhas municipais	IBGE	Vetorial/ .shp
Hidrografia	ANA	Vetorial/ .shp
Rodovias	DNIT	Vetorial/ .shp
Unidades de conservação	ICMBio	Vetorial/ .shp
Mapas impressos (Digitalizados)	Elaborados pelos autores, 2025	Raster/. geoTIFF

Fontes: IBGE (2023); ANA (2025); DNIT (2025) e ICMBio (2025).

Na fase três foi realizada a vetorização das informações no software ArcGIS/ArcMAP, ao criar camadas vetoriais do tipo ponto em formato shapefile (.shp) para identificar as comunidades, os locais que utilizam a arte de pesca proibida, os locais de pesca/ extração do caranguejo, e também houve a criação da camada vetorial do tipo linha em formato shapefile (.shp) para identificar os fluxos internos e externos dos pescadores. As referidas camadas vetoriais do tipo ponto e linha estão presentes nos mapas (figuras 3 e 4). Na fase quatro foram produzidos os mapas cartográficos (layout) no software ArcGIS/ArcMAP com inclusão dos elementos cartográficos fundamentais como norte, escala, legenda e grade de coordenadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 As condições materiais expressas pela socioeconomia dos municípios pesquisados

O estado do Pará possui 144 municípios, divididos em 12 Regiões de Integração, (RI), a região de integração do Guamá, contempla 17 municípios, 3 (três) serão analisados nesta pesquisa, sendo São João da Ponta, Curuçá e São Caetano de Odivelas, que abarcam em seu território as RESEXs Mar de São João da Ponta, Mocapajuba e Mãe Grande de Curuçá.

São João da Ponta está localizado na RI Guamá, abrange uma área de 195 km² e sua população total é de 4.509 habitantes (IBGE, 2025), com densidade demográfica de 22,61 habitantes/km². Em seu perfil populacional 51% eram do gênero masculino e 49% do gênero feminino e em relação a faixa de idade 68% de sua população encontrava-se entre 15 a 69 anos. Do total de habitantes, 80% estavam inscritos no Cadastro Único (MDS, 2025).

Sabendo dessa vulnerabilidade social da População do município, fez-se necessário recorrer a base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Para tanto, é preciso caracterizar o Cadastro Único, como sendo uma tecnologia social de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até ½ salário-mínimo por pessoa. (MDS, 2025).

Sendo através deste a concessão de benefícios e serviços de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família (PBF), entre outros. (MDS, 2025).

Dessa forma, O município de São João da Ponta que contém em seu território a Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta, possui 2.069 famílias cadastradas na base de dados do Cadastro Único, sendo equivalente a 5.156 pessoas, mais pessoas do que a população estimada pelo Censo de 2022. Isso se dá, devido aos fluxos de entradas e saídas de pessoas residentes no município e pessoas que utilizam os dados de comprovação de endereço dos parentes para aderir aos programas de renda mínima do governo federal.

Dessas, 3.543 pessoas estão cadastradas em famílias em situação de pobreza, igual a 69%. Além disso, 844 pessoas estão cadastradas em famílias de baixa renda e 769 pessoas estão cadastradas em famílias com renda superior a (1/2) meio salário-mínimo (MDS, 2025).

O segundo município a ser analisado é Curuçá que está localizado na RI Guamá, abrange uma área de 676,32 km² e sua população estimada total é de 41.262 habitantes, com densidade demográfica de 60,76 habitantes/km², conforme IBGE (2025). No que diz respeito à estratificação social da população municipal, 78% da população encontra-se cadastrada no Cadastro Único (MDS, 2025).

Nesse sentido, o município de Curuçá, abarca em seu território a Reserva Extrativista Marinha de Mãe Grande de Curuçá, este possui 14.046 famílias cadastradas na base de dados do Cadastro Único, sendo equivalente a 32.442 pessoas, ³/₄ do município em situação de vulnerabilidade social.

Dessas, 24.967 pessoas estão cadastradas em famílias em situação de pobreza, igual a 77%. Soma-se ainda, 4.223 pessoas que estão cadastradas em famílias de baixa renda, igual a 13% e 3.229 pessoas estão cadastradas em famílias com renda superior a (1/2) meio salário-mínimo, igual a 10%. (MDS, 2025).

O terceiro município em análise é São Caetano de Odivelas que está localizado na RI Guamá abrange uma área de 464,17 km² e sua população estimada total é de 17.248 habitantes, com densidade demográfica de 39,23 habitantes/km² (IBGE, 2025). No tocante a estratificação social, 74,9% da população encontra-se cadastrada no Cadastro Único.

Com base na análise dos dados socioeconômicos é possível compreender o poder aglutinador e central que as atividades socioprodutivas, como o extrativismo e a pesca artesanal possuem na vida das vilas e comunidades que possuem relação direta e de dependência com essas atividades econômicas.

O manguezal passa a compor o inconsciente coletivo, sendo recorrente ouvir dos pescadores que o mangal é o meu “banco do Brasil”, é o meu “Supermercado”, a minha “feira”, a minha “farmácia” é dele que tiro o meu sustento. Essa interação entre o homem e o manguezal ultrapassa a mera extração de recursos, configurando-se como uma simbiose cultural e identitária onde o pescador se percebe como parte integrante do ambiente estuarino (Passos *et al.*, 2016).

Os dados expõem a profunda realidade de dependência socioeconômica das políticas de renda mínima do governo federal. A baixa renda e a dependência de auxílios governamentais, como o Bolsa Família, têm sido características marcantes do perfil socioeconômico dos catadores de caranguejo no litoral paraense, evidenciando a necessidade de políticas públicas que garantam a valorização da produção artesanal (Ramos; Passos; Ribeiro, 2011). Depois a alta habilidade de resistir frente as adversidades, para encontrar saídas frente a crise proveniente da insegurança alimentar e socioeconômica que assola o cotidiano.

Dessa forma, a manutenção do ecossistema de manguezal, representado por seus bosques de florestas, consubstanciam-se como necessária a vida das comunidades tradicionais, sendo imperativo anuir ao projeto de vida dos pescadores e extrativistas pela ampliação das RESEXs Mar na costa paraense, assim como repensar as estratégias que possibilitem o uso consciente do recurso pesqueiro do caranguejo para a relação de extração e pescarias, dentro e fora das RESEXs Mar.

É nesse sentido, que o conceito de maretório, definido por Nascimento (2024), compreende como os espaços geográficos costeiros/estuarinos habitados, usados, autogeridos por populações tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais e/ou cogeridos. Tem grande importância socioeconômica, por constituir fonte vital de alimentação, cultura, lazer, ocupação de mão-de-obra, destacando-se em relação às demais regiões brasileiras, pela riqueza de espécies exploradas, quantidade de pescado capturado e dependência da população tradicional a esta atividade (Cruz, 2023).

Além disso, Nascimento (2024), o reconhecimento desses espaços percebidos, vividos e concebidos é extremamente importante, não só do ponto de vista político como

também identitário, de afirmação de uma territorialidade específica dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos da costa paraense, aqui compreendida como “maretorialidade” que incorpora além do personagem do pescador em alto-mar, abarca um pescador que também pode compor outros cenários, como o mangue, ou até mesmo a roça, considerando a sazonalidade do período da pesca e de plantar”, conforme Nascimento (2024). No maretório, a dinâmica socioespacial da pesca revela uma identidade profunda, em que os sujeitos se descrevem como 'metade gente, outra de caranguejo', evidenciando como a vida comunitária é moldada pelos fluxos das marés e pela biologia do crustáceo (Nascimento; Silva; Passos, 2022).

O manguezal é percebido como o centro da reprodução social e alimentar dessas comunidades. Lideranças locais, a exemplo de Sandra Regina Pereira Gonçalves, representante da Associação dos Usuários da RESEX Mar Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG), destacam frequentemente que as mulheres atuam como verdadeiras guardiãs desse maretório. Elas defendem a conservação do ecossistema para garantir que ele continue sendo um berçário produtivo tanto para a comunidade atual quanto para as futuras gerações, assumindo um papel de resistência e protagonismo feminino na pesca artesanal (Santos; Simonian, 2024).

A institucionalização dos maretórios em RESEXs Mar têm contribuído para a consolidação e/ou reafirmação das maretorialidades dos extrativistas tradicionais litorâneos que, em suas organizações sociais, anseiam, de certo modo, reescrever sua história, segundo Nascimento (2024).

3.2 A linha do tempo contida nos relatos dos conselhos deliberativos

A partir dos arquivos dos conselhos deliberativos de cada RESEX Mar estudadas, os quais foram disponibilizados pelo ICMBio, através do Sistema Eletrônico de Informações, o SEI, processo nº 02070.000314/ 2025-71 que requeria vistas para os seguintes processos administrativos, processo Nº: 02122.010248/2016-01 - RESEX Mãe Grande de Curuçá, processo Nº: 02122.000458/2017-64 - RESEX Mar de São João da Ponta, processo Nº: 02122.000481/2021-35 – RESEX Mar Mocapajuba.

Os quais continham ofícios, memorandos, e-mails, atas, acordo de pescas e portarias diversas, foram localizados nove documentos que datam do período entre 2018 e 2023. Entre eles estão nove atas das reuniões dos conselhos deliberativos da RESEX

Mar de São João da Ponta, Mocapajuba e Mãe Grande de Curuçá, das quais as palavras-chave pesquisadas, conflito de pesca, farrapo, fiapo, redinha ou arte de pesca proibida, foram encontradas nos documentos públicos, a partir das falas dos conselheiros de cada unidade de conservação.

Os documentos foram organizados em ordem cronológica, possibilitando a elaboração de uma linha do tempo para narrar o histórico do uso da arte de pesca proibida nas unidades de conservação pesquisadas e em seus territórios na região nordeste do Pará, bem como os danos ao manguezal, os conflitos nas áreas de pesca dentro de cada unidade de conservação.

A apresentação abaixo exhibe o percurso desse uso indevido, as reclamações, os pedidos de intervenção para as instituições presentes em cada conselho deliberativo e para as comunidades locais, quanto aos riscos coletivos e o dano irreversível ao modo de vida das populações tradicionais, conforme figura 2.

Figura 2: Linha do tempo de sobre o uso da arte de pesca proibida, com base dos documentos públicos

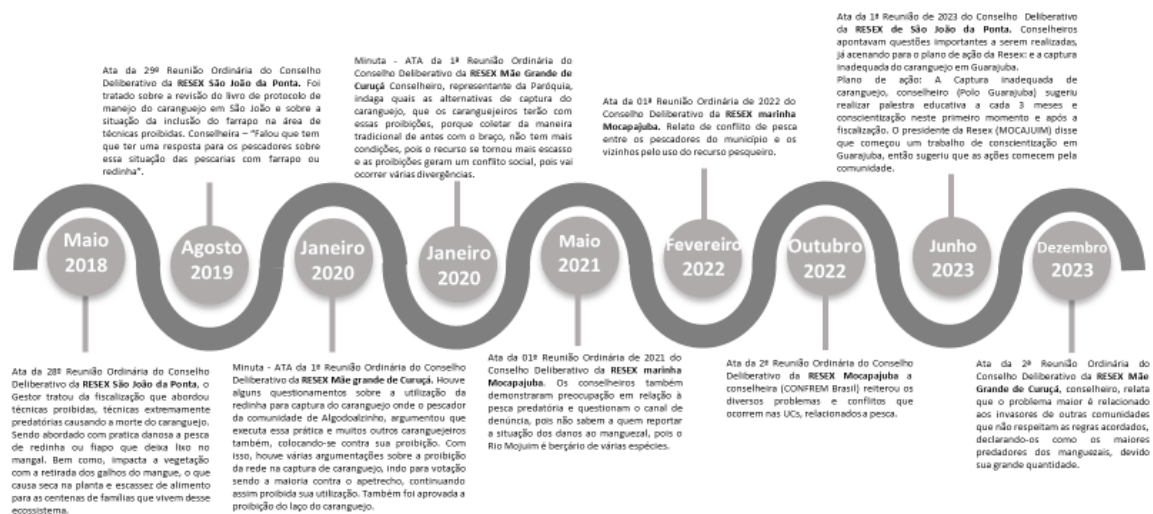


Figura 2: Linha do tempo de sobre o uso da arte de pesca proibida, com base dos documentos públicos. Fonte: Sistema Eletrônico de Informações / ICMBio, o SEI, processo nº 02070.000314/ 2025-7, processo Nº: 02122.010248/2016-01 - RESEX Mãe Grande de Curuçá, processo Nº: 02122.000458/2017-64 - RESEX de São João da Ponta, processo Nº: 02122.000481/2021-35 – RESEX Marinha Mocapajuba. Dados compilados pelo autor da pesquisa para a confecção da linha do tempo.

Para compreender como ela foi instituída, é necessário contemplar a primeira ata da 28ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX Mar de São João da Ponta.

Nessa ata de 2018, o gestor à época expõe os detalhes sobre a fiscalização no território da unidade de conservação que abordou as técnicas proibidas com poder

predatório para o manguezal e a espécie do caranguejo-uçá. Fato que se torna oficial, sendo abordado como prática danosa a pesca com a redinha, fiapo ou farrapo, pois a confecção do mesmo deixa resíduos como os pedaços das sacas de polietileno que são desfiadas e colocados na estrutura do apetrecho para extrair ou pegar o caranguejo.

Relata ainda o impacto para a vegetação, pois ocorre a retirada de galhos e o corte de raízes dos bosques de mangue, o que causa danos a natureza e faz com que haja relatos dos pescadores sobre pessoas que se cortaram ou saíram feridas pelos pedaços de raízes que são deixados afiados e fixados no chão e faz com que alguns pisem, o que gera cortes nos pés de quem pratica atividade de pesca. Fato que pode impactar o meio ambiente e as centenas de famílias que vivem desse ecossistema.

Além disso, em 2019, a ata da 29ª Reunião Ordinária do Condell da RESEX Mar, em São João da Ponta, relata o pedido do pesquisador em de revisar e ampliar o livro Protocolo de Manejo do Caranguejo, para que inclua como técnica proibida, ou arte de pesca proibida, o uso do farrapo, fiapo ou redinha naquela região.

Houve a manifestação também da conselheira da RESEX “que é necessário uma resposta aos pescadores sobre a situação de conflito vivenciada pelo alto uso das pescarias do caranguejo com o uso do farrapo ou do fiapo”. Em janeiro de 2020, ata da 1ª Reunião Ordinária do Condell da RESEX Mar em Mãe grande Curuçá, houve a manifestação, de um pescador da comunidade Algodozinho, “que usa o farrapo, e detalha que os outros pescadores da mesma comunidade também usam, manifestando-se contrário à proibição da arte de pesca”.

Neste sentido, houve, nesta reunião, a escuta da plenária, e a manifestação quanto ao uso ou não da arte de pesca dentro do território da RESEX Mar citada, e através do voto coletivo e soberano, ficou pactuado que o farrapo, fiapo ou redinha, bem como a arte de pesca tradicional do laço, muito comum na RESEX Mar de São João da Ponta, vizinha a RESEX Mar de Mãe Grande de Curuçá, que estavam proibidos dentro das imediações da RESEX Mar Mãe Grande de Curuçá.

Ainda na mesma ata, o conselheiro representando a Igreja Católica se manifesta: “sobre quais as alternativas para a captura do caranguejo? afirmando que o caranguejo sumiu, que pegar no braço já não é mais possível” e destaca a frequente utilização do fiapo pelas comunidades. Relata ainda que: “as proibições acabam por gerar debates nos conselhos que se prolongam para dentro das comunidades, pois acaba gerando

divergência entre os pescadores que respeitam as legislações ambientais e aqueles que não respeitam”

Diz ainda que: “é evidente que teremos que conviver e saber administrar um conflito social cada vez mais próximo e diário”. Já em maio de 2021, ata da primeira reunião ordinária do conselho da RESEX Mar Mocapajuba, houve a denúncia por parte dos conselheiros que: “está ocorrendo a pesca predatória no manguezal do município”.

Os conselheiros indagaram sobre: “qual o melhor canal e mais efetivo para denunciar essa situação?”, pois com o atual cenário de crescimento do uso das artes de pesca proibida, os danos são reais ao manguezal, e o rio Mojuim, é berçário de várias espécies e precisa ser cuidado.

Para a pesquisa é importante compreender a linha do tempo, dos fatos postos e acontecidos nos municípios costeiros que possuem a pesca como a sua atividade central, contudo sem a devida importância, pois a ausência de estatística pesqueira atualizada sobre a cadeia produtiva do caranguejo causa danos, como a possível comprovação que as atividades ligadas ao manguezal geram ocupação, renda, produção e movimentam a economia local, especialmente das pequenas vilas e comunidades, mais próximas ao manguezal.

Os primeiros relatos sobre a redinha que caracterizamos assim sendo: é uma armadilha feita a partir de tiras de saco, retiradas da saca de ráfia (polietileno). Os sacos são comprados em padaria ou em outros lugares, desfiados, em aproximadamente 20 unidades e amarrados nas extremidades. Esta técnica foi provavelmente inventada no Rio de Janeiro, no início dos anos 80, do século passado e levada para vitória no estado do Espírito Santo, 1986 por dois baianos que moravam em uma das “invasões” de mangue no bairro de São Paulo (Alves; Samain 2004).

Para nossa surpresa a comunicação do fato sobre a origem da técnica proibida, a redinha que será chamada no nordeste paraense de fiapo ou farrapo, foi feita em 1994 por Waldemar Londres Vergara Filho, Biólogo Paraibano, com grandes serviços às prestados as populações tradicionais brasileiras, servidor público e gestor de algumas unidades de conservação no Pará, como a RESEX Mar de Soure e São João da Ponta, até o seu falecimento em 2018.

Sendo que a origem foi narrada por comunicação de Vergara Filho e consta de sua obra “Manguezais em Cordéis” de 1994 (Freitas netto; Nunes; Albino, 2002). Sobre a redinha, essa técnica muda completamente a relação do caranguejeiro com o manguezal,

com essa armadilha o corpo que antes era utilizado para pegar o caranguejo, agora é substituído por um punhado de fios de plástico e o convívio social já não é mais necessário para o aprendizado da técnica (Freitas netto; Nunes; Albino, 2002; Alves; Samain 2004).

Ideia corroborada pela liderança de São João da Ponta: “Depois desse fiapo, tem uns moleques novos que vão quando querem para o mangal, colocam mais do que podem tirar, não param para pensar que vai faltar caranguejo no dia de amanhã”. Outra liderança ouvida relata: “A frente da comunidade tá esbagaçada... aqui no Guarajuba era muito bom! O caranguejo tinha de todo o tamanho. Depois desse fiapo, só tem uns zinhos, ou seja, caranguejos pequeninos”

O relato delinea a relação do uso da arte de pesca proibida, seu real impacto na comunidade do Guarajuba na RESEX Mar de São João da Ponta e o quanto está sendo prejudicial a vida da comunidade e o risco de insegurança alimentar. Essa armadilha diminui o contato do caranguejeiro com o ambiente e parece que a perda desse contato diminui e traz em si, a perda dos valores e da ética que regem a captura antes da introdução da redinha (Alves; Samain 2004).

Liderança de São João da Ponta destaca:

A comunidade do Guarajuba começou com essa arrumação de fiapo, usavam só lá na frente e passou a se espalhar pela RESEX e hoje já somos vistos pelos vizinhos como um município que não respeita o território alheio e que causa mal ao meio ambiente... Não é verdade, fizemos campanhas para alertar sobre esse fiapo, fizemos o julho verde na comunidade e depois os trabalhos do Entre marés com a professora Márcia e os alunos, na mesma comunidade para falar que o fiapo faz mal ao mangal... e assim mesmo o uso continua, está cada vez mais forte entre os jovens pescadores que não conhecem o mangal e que não sabem o valor dele para a nossa vida... o dia que acabar... já foi a reserva e parece que vai ter que acontecer para uns acordarem de suas maldades (Liderança de São João da Ponta)

Liderança de Curuçá destaca:

O que mais nos incomoda aqui no beira-mar em Curuçá é ver que esse fiapo, farrapo chegou aqui trazido pelo povo de outras RESEX... o Guarajuba, o porto Grande, comunidades da RESEX de São João da Ponta que aqui pescam. Deixam pedaços de pau enfiado no chão, causa cortes... pedaços de saca aos montes no mangal. Colocam essa tralha e não tiram, a ganância é o que mata... porque colocam muitos fiapos e a maré enche rápido, não conseguem tirar o caranguejo e encontramos vários enganchados nos pedaços de saca, mortos...é um desperdício ver que tem caranguejinho e o pior é ver as condruas laçadas (fêmeas) e mortas... é preciso fazer algo rápido.” (pescador entrevistado da comunidade do beira-mar em Curuçá).

A arte de pesca proibida, a redinha é descrita sua gênese, nos anos 1980 no Rio de Janeiro por pelo Biólogo Vergara filho, após há registros no Espírito Santo em 1986 (Freitas netto; Nunes; Albino, 2002; Alves; Samain 2004), em Pernambuco em 1992 dos municípios entre Goiana e Cabo de Santo Agostinho (Botelho *et al.*, 2000) a região de Várzea Nova Paraíba (Nordi, 1994; Jankowsky *et al.*, 2006), além dos registros de Jaboticabal - SP, (Fiscarelli; Pinheiro, 2002).e outros registro no nordeste do Brasil são dos anos de 2003 (Alves; Nishida, 2003), assim é descrita:

Redinha ou Lacinho: Consiste de uma armadilha feita com fibras do saco de ráfia, utilizando ramos retirados das árvores do próprio manguezal. Existem redinhas feitas com dois ramos e um ramo somente que são colocadas na abertura das galerias. A redinha, que possui dois apoios, tem os ramos enterrados nas laterais da abertura e as fibras de ráfia colocadas para o interior da toca, enquanto a de um ramo só é colocada inteiramente dentro da toca, ficando mais camuflada da fiscalização. Cada catador chega a colocar por dia cerca de 300 armadilhas desse tipo que, geralmente, só são Trata-se de uma forma proibida de captura, pois essas armadilhas não são seletivas, além serem altamente predatórias, pois várias delas são instaladas e removidas geralmente no dia seguinte. Dessa forma, existe a possibilidade de serem capturadas fêmeas ovígeras e exemplares ainda jovens, muito dos quais chegam a morrer por dessecação causada pela exposição contínua ao ar (Fiscarelli; Pinheiro, 2002).

O estado do Pará disciplinou juridicamente a gestão do recurso pesqueiro do caranguejo desde 1987, através da Portaria SUDEPE nº N-13, 13 de maio de 1987 - Art. 1º Proibir, no Estado do Pará, a captura de fêmeas de caranguejo da espécie (*U. cordatus*), vulgarmente conhecidas como conduruas ou condessas.

Posteriormente, é sancionada a Lei nº 6.082, de 13 de novembro de 1997 - Art. 1º - É criado o programa de preservação do Caranguejo-Uçá, (*U. cordatus*), a ser executado em todo Estado do Pará e deverá constar de educação continuada, incluindo educação ambiental, o estudo da bioecologia da espécie e preservação da fauna e flora do manguezal.

O programa foi lançado e após foi sancionado Decreto nº 3.181, de 17 de novembro de 1998 - regulamenta a Lei nº 6.082, de 13 de novembro de 1997, que cria o Programa de Preservação do Caranguejo-uçá no Estado do Pará.

Somente em 2002, houve após reunião do conselho estadual do meio ambiente, a Resolução/COEMA nº 020, de 26 de novembro de 2002 - Art. 3º Na captura do caranguejo-uçá fica proibida a utilização de métodos e/ou apetrechos predatórios,

especialmente os seguintes: I – armação de laço; II – rede estendida no manguezal; III – gancho; IV – tapagem; V – substância química.

A presente resolução do COEMA de 2002 se coaduna com os problemas de sua época, tanto que legislou sobre a redinha, como arte de pesca proibida no manguezal, depois de denúncia dos pescadores que ela estava em uso no território pesqueiro paraense.

Interessante destacar que um pescador experiente entrevistado, residente na RESEX Mocapajuba cita o fluxo, o deslocamento de pescadores do nordeste do Pará para a ilha do Marajó, afirmando: “não é de hoje que pescamos do igarapé do turé, para cima, passando pelo galo, até a ponta fina, áreas da RESEX Mar de Soure no Marajó”.

O que corrobora com os estudos propostos por (Furtado, 2006) que destacam os pesqueiros de fora, situados na RESEX Soure, como no cabo Maguari na baía do Marajó encontram-se os pesqueiros: Pepéua, Ponta Fina, Amoroso, Roque Cajuúna e Castelão.

Sobre essa relação histórica existente na pesca artesanal entre o nordeste do Pará e a ilha do Marajó, descreve o pesqueiro do Castelão, como o mais frequentado pelos pescadores da ilha de Fortalezinha, município de Maracanã (PA). Sendo a rota descrita como, tendo início em Fortalezinha, passando por municípios como, Marapanim, Curuçá e São Caetano de Odívelas, atravessam a baía do Marajó e chegam ao pesqueiro, após dois dias de viagem. (Furtado *et al.*, 2006). Além disso, no município vizinho a área de estudo, conexo a Curuçá, situa-se o município de Marapanim que desde 2014 abriga em seu território a RESEX Mar Mestre Lucindo. relatam

Neste território, a vila de Vista Alegre, comunidade agro pesqueira, ou seja, as atividades produtivas são ligadas a agricultura e a pesca artesanal, coleta de crustáceos e mariscos. As autoras entre os problemas enfrentados pela comunidade a tensão com os pescadores de outras localidades pela disputa por território (Furtado, 2006).

O uso comum do manguezal é histórico pelas populações que compõem a pesca, o extrativismo, a mariscagem, entre outras atividades socioprodutivas. Contudo, os conflitos foram descritos na reserva extrativista de Soure, decretada em novembro de 2001 é o que mostra os estudos de (Lobato *et al.*, 2014).

Alguns conflitos marcados pelo acesso e uso indiscriminado dos recursos pesqueiros por catadores de caranguejos são históricos e este motivo culminou nas ações consensuais dos moradores em se organizar e construir formas de "barrar" a vinda dos catadores de fora, levando a composição do movimento dos catadores de caranguejos de

Soure que pressionou o Estado para a criação da Reserva Extrativista Marinha (Lobato *et al.*, 2014).

Destacando a presença de catadores de caranguejo de regiões de fora da RESEX Mar de Soure, vindos das áreas do salgado paraense, como Bragança e São Caetano de Odivelas que adentram os territórios da reserva. Além disso as pesquisadoras descrevem a atividade de pesca para além da sua área de origem, confirmando o fluxo de pesca entre as RESEX Mar e a necessidade de diálogo entre as comunidades e as instituições para o entendimento quanto ao uso do recurso natural, proveniente no interior do ecossistema de manguezal.

Estes catadores de caranguejo usufruem dos manguezais através das técnicas de laço e redinha e acabam por forçar o pescador e catador do local a competir pelo espaço e uso dos recursos naturais e pesqueiros (lobato *et al.*, 2014). Sendo evidente o uso da arte de pesca proibida da redinha e o aparecimento da escalada dos conflitos pelo recurso pesqueiro do caranguejo.

O uso da arte de pesca proibida, a redinha, o farrapo ou fiapo é destacado na fala dos pescadores entrevistados da RESEX Mar Mocapajuba que narram o período histórico, do início desse uso indiscriminado entre 1995 e 2005: “Esse camarada veio da Bahia. Trabalharam com eles. Aí ensinaram eles como é esse fiapo (redinha) e foram embora. E eles pegavam. Não, eu acho que não foi da Bahia, foi do Maranhão. O caranguejo ia pra Bahia, sim”.

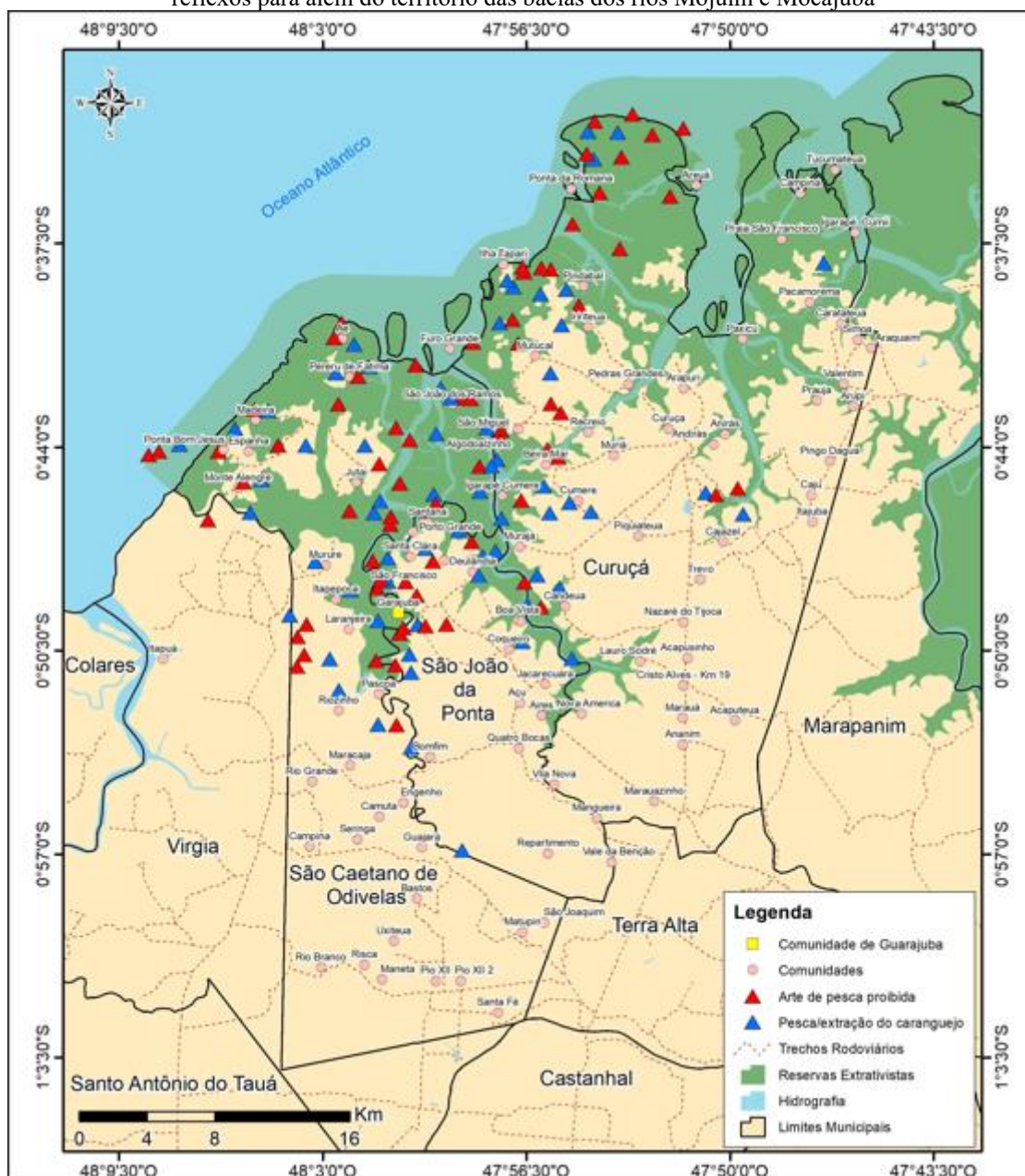
O relato desvela a relação existente ao longo do tempo de comercialização entre os compradores de caranguejo do estado da Bahia e os pescadores de São Caetano de Odivelas, RESEX Mar Mocapajuba no Pará. O intercâmbio comercial, possibilitou a troca de informações sobre a técnica que havia chegado no nordeste brasileiro e já era proibida pelo seu poder de impactar o manguezal e o caranguejo, sendo essa repassada para os pescadores do município de São Caetano de Odivelas.

Os pescadores ouvidos disseram que recebiam nesse período o caminhão vindo da Bahia para pegar o caranguejo e as pessoas envolvidas na relação comercial eram o senhor de prenome, Zeca e outro conhecido por mané Lúcio e assim descrevem: “o caranguejo era o Zeca que levava. Mas essa ideia desse fiapo, veio da Bahia, que foi quem trouxe esses dois camaradas. Lembra do cavalo? O cara quem trouxe esses dois camaradas, foi o cara de cavalo, que compravam caranguejo aqui (São Caetano)”.

Os trabalhadores trazidos para selecionar, organizar e transportar a produção eram pescadores baianos com experiência no uso do fiapo (redinha) e com a passagem do tempo e a integração entre os pescadores de caranguejo, o experiente pescador da RESEX Mar Mocapajuba, descreve: “Os pescadores baianos assim que se deram com a turma do Mané Lúcio e ficaram mais por aqui, foram logo para o mangal, ensinar como tirar caranguejo” sem se sujar” Aí que trouxeram foi essa pesca com fiapo para cá”.

Mané Lúcio, Cara de cavalo e Zeca são personagens que atuaram na compra e venda do caranguejo em São Caetano, com muito afinco nos anos de 1990 até 2005 deste século. Sendo suplantados por outros pescadores, comerciantes que se capitalizaram e assumiram as atividades. Fato que traz à tona a troca de experiências, o uso da arte de pesca no Marajó e a disseminação nas bacias dos rios Mojuim e Mocajuba desde essa época. Conforme figura 3.

Figura 3: Mapa cartográfico sobre o uso da arte de pesca proibida nas RESEX Marinhas estudadas e seus reflexos para além do território das bacias dos rios Mojuim e Mocajuba



Fonte: Autores, 2026.

Essencial para a compreensão do mapa cartográfico em tela se faz relembrar que ele representa a experiência de 30 pescadores artesanais de caranguejo, bem como as lideranças locais, que formaram o grupo focal de entrevistados, sendo 10 pessoas de cada unidade de conservação.

Conhecimento muito qualificado sobre a realidade de trabalho na extração e pesca do caranguejo-uçá dentro do manguezal contido nos territórios tradicionais.

É nesse sentido que ser guiado pelos pescadores e lideranças faz diferença na captura e análise dos dados, pois como resultado da pesquisa de campo, reflete a segurança do grupo em representar no mapa as diversas localizações de áreas que são especiais e que representam a manutenção da vida, como as 49 (quarenta e nove) áreas prioritárias de extração e pesca do caranguejo-uçá ao longo das bacias dos rios Mojuim e Mocajuba e além dessa área pesquisada.

Destaque para 13 (treze) dessas áreas de extração e pesca que se situam na área de confluência entre o território das RESEX, como Ponta do Bom Jesus, Madeira, Espanha e Aê, ilha Taparí, Tucumateua e Pacamorema com o oceano atlântico que influência diretamente as dinâmicas de uso e trabalho no manguezal, por meio das macros marés pelo ciclo lunar.

Outro destaque são os deslocamentos internos para além da área estudada, onde se dão as atividades de trabalho, são as comunidades contidas na RESEX Mãe Grande de Curuçá que estão ao norte e ao leste das bacias dos rios Mocajuba e Mojuim, como a ponta da Romana, Ilha Taparí que corresponde as outras 13 (treze) áreas de extração e pesca de caranguejo. Porém, são áreas estratégicas quando a questão é o uso comum do manguezal pelos pescadores artesanais das RESEX Marinhas.

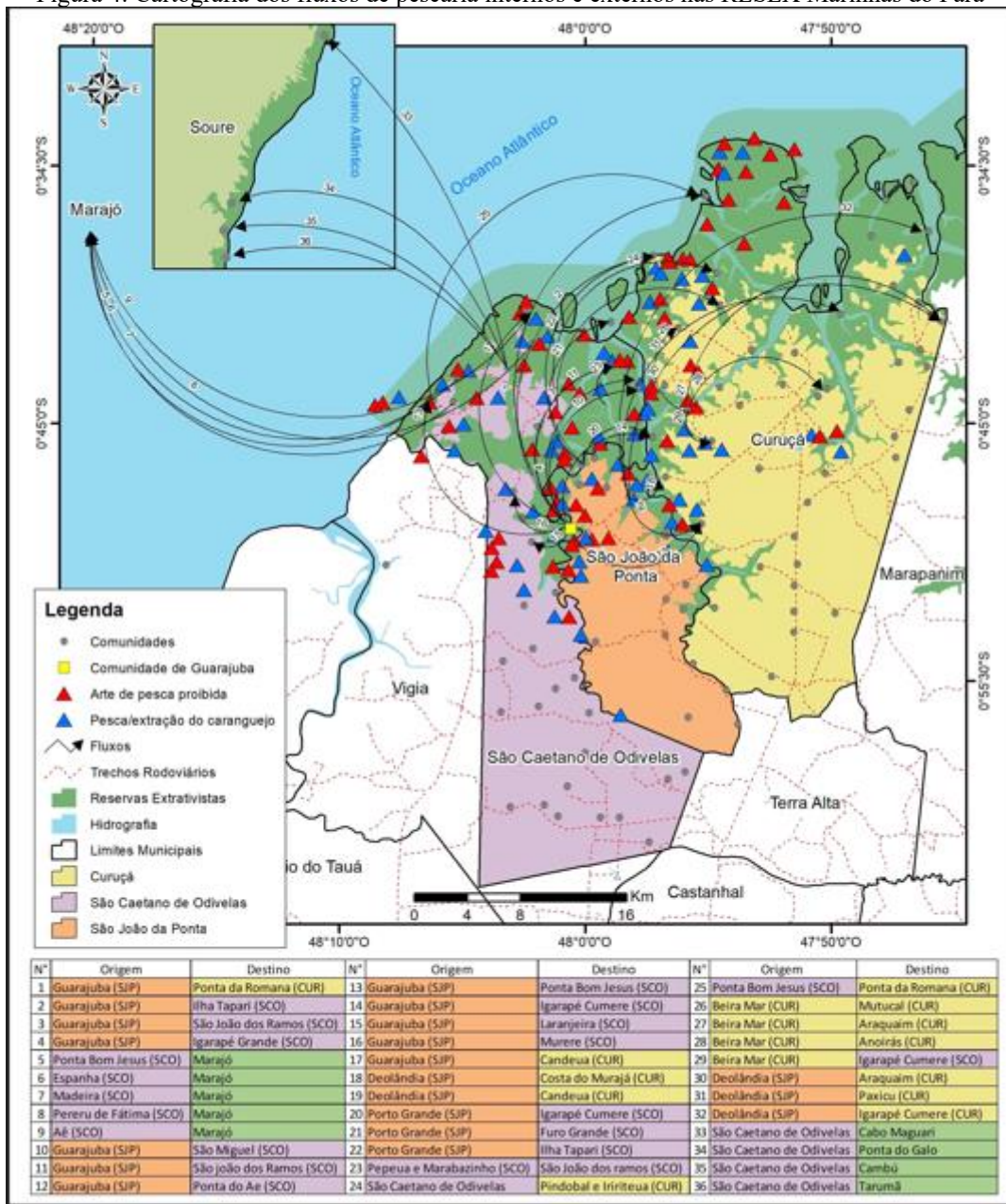
Pescador da RESEX Mar Mocapajuba detalha esse uso comum da área da Romana em Curuçá: “Nós trabalhamos lá, faz uns 30 anos... ia com meus tios e aprendi lá o que era caranguejo grande. Hoje chegamos por ali, tem pescador de tudo quanto é comunidade e tem muito fiapo no mangal... é muito triste!”

O mapa possui em destaque na cor amarela a comunidade do Guarajuba na RESEX Marinha de São João da Ponta, área que os entrevistados ouvidos, citam como a precursora no uso da arte de pesca proibida do farrapo, fiapo ou redinha na bacia dos rios estudados.

O que não se sabia até o momento era a extensão do dano ao manguezal que corresponde a 70 (setenta) áreas no entorno das principais áreas de extração e pesca do caranguejo-uçá.

O que configura um futuro estrangulamento da atividade, uma tensão estabelecida e real sobre o recurso pesqueiro, bem como, o fortalecimento dos conflitos entre os pescadores das comunidades vizinhas que utilizam o manguezal como a sua área de pesca, atividade de trabalho, ocupação e renda, como narrado a partir dos dados socioeconômicos dos municípios estudados. Conforme figura 4

Figura 4: Cartografia dos fluxos de pescaria internos e externos nas RESEX Marinhas do Pará



Fonte: Autores, 2026.

Sobre o contexto de confecção do mapa cartográfico sobre os fluxos de deslocamentos internos e externos dos pescadores para atividade laboral diária, assim como a localização das áreas de pesca que estão sofrendo com o ataque diário do uso da arte de pesca proibida.

Dessa forma, o grupo pesquisado composto por pescadores artesanais de caranguejo, pescadoras e lideranças locais das três áreas de estudo, descrevem os pontos de extração do caranguejo no manguezal. O que corresponde a 49 áreas de pleno exercício da pesca artesanal na região. Por outro lado, os mesmos atores descrevem, o uso em

grande volume da arte de pesca proibida pela legislação, fato que corresponde quando somadas as três áreas estudadas a 70 pontos de pressão sobre a atividade pesqueira artesanal e possibilita consequências sobre o ecossistema de manguezal.

Nesse sentido, considerando as áreas de extração do crustáceo visitadas diariamente pelos pescadores em comparação com o quantitativo das áreas em litígio/conflito, compreendemos que os pontos em disputa já somam um aumento equivalente a 160% das áreas ocupadas pelo farrapo/ fiapo quando consideradas as áreas em uso pelos pescadores artesanais de caranguejo.

Comportamento que gera desentendimento, tensão dentro do ambiente do mangue, e se espraia pelas comunidades pesqueiras e reverbera nos conselhos deliberativos, com os pedidos de um posicionamento da gestão para que haja a proibição do uso desta arte de pesca danosa ao meio ambiente e as populações que nele atuam.

Outro ponto precisa ser destacado na análise dos dados que são os fluxos de deslocamentos que correspondem, as partidas, os deslocamentos de origem dos pescadores, para compreender o território e a comunidade de onde partem e para onde irão se deslocar a fim de extrair o caranguejo na área pesquisada e para além dela.

Dessa forma o território das 3 (três) Reservas Extrativistas Marinhas estudadas somam 36 (trinta e seis) pontos de deslocamentos internos e externos, ou seja, no seu território, em menor parte ou em sua maioria para fora dos domínios legais da RESEX Mar de origem.

Sobre esses fluxos de deslocamentos, temos as origens/partidas dos pescadores para atividade de pesca no manguezal, a RESEX Marinha de São João da Ponta, a partir das comunidades rurais da Guarajuba, Porto Grande e Deolândia, perfazem 20 (vinte) deslocamentos.

Desses, 13 (treze) são para pescar nas áreas da RESEX Marinha Mocapajuba, no município vizinho de São Caetano de Odivelas. Existindo ainda, 7 (sete) deslocamentos para pescar/ extrair o caranguejo na área do município de Curuçá, nas delimitações da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá. Os dados apontam que os pescadores entrevistados atuam fora da área da RESEX marinha de São João da Ponta, correspondendo a 35% trabalham no manguezal de Curuçá e 65% na área do manguezal da RESEX Marinha de Mocapajuba em São Caetano de Odivelas.

Há que ser considerado o fato da RESEX Marinha de São João da Ponta não aparecer no rol dos destinos para extração ou pescaria do caranguejo e os entrevistados

afirmam que a prática da arte de pesca proibida se disseminou nas bacias dos rios Mojuim e Mocajuba que entrecortam São João da Ponta de forma desregulada o que afasta os pescadores das RESEX Vizinhas, Curuçá e Mocapajuba. Havendo assim, competição entre os pescadores pelo recurso pesqueiro do caranguejo-uçá, pois é necessário acordar bem cedo para ir trabalhar no mangal, antes que a redinha seja colocada e a lama seja pisada, demarcando que já houve a tiração de caranguejo naquele pedaço da beira do rio. (pescador da comunidade São Francisco, São João da Ponta).

Além disso, o mapa de fluxo dos deslocamentos para extração e pescarias do caranguejo, mostra que algumas áreas estão sendo pressionadas pelo uso intensivo da arte de pesca proibida, como a área de Curuçá, visto que a Ponta da Romana, área do município conexas ao oceano Atlântico e as comunidades do Pindobal e Iririteua estão tendo o recurso pesqueiro pressionado pelo uso de técnica indevida e proibida pela legislação, a partir dos deslocamentos de pescadores vindo de São João da Ponta e de São Caetano de Odivelas, RESEX marinha Mocapajuba.

Outra RESEX Marinha em análise é a Mocapajuba, em São Caetano de Odivelas que do total de 36 (trinta e seis) deslocamentos, 12 (doze) partem, tendo origem no seu território, sendo 9 (nove) delas para explorar o manguezal das comunidades do Marajó, tendo o destino identificado de 4 (quatro) que estão dentro da Reserva Extrativista Marinha de Soure, sendo as comunidades do Tarumã, Cambú, Ponta do galo e Cabo Maguari.

Situação que expõem a expansão do uso da arte de pesca proibida para além da área estudada. Fato que mostra os impactos nessa área, além da região nordeste do Pará que abarca a área do Marajó, o que potencializa a expansão da fronteira dos conflitos socioambientais pelo recurso pesqueiro do caranguejo e gera antagonismos entre pescadores artesanais de áreas diferentes, contudo, usuários e residentes em unidades de conservação federal.

Pertinente destacar que dos entrevistados da RESEX Marinha de Mocapajuba, 75% afirmam já ter ido extrair caranguejo nas áreas/comunidades da RESEX Soure. É nesse território que afirmam ter os melhores caranguejos, em qualidade e quantidade e a concorrência de pescadores é baixa pelo recurso pesqueiro. (pescador, RESEX Mar Mocapajuba)

Ainda descrevem a concorrência pela área de pesca internamente na RESEX Mocapajuba, como desleal, pois são “invadidos” por pescadores artesanais de caranguejo

da RESEX Marinha de São João da Ponta, comunidade da Guarajuba que descem de barco cedo e começam a trabalhar, algumas vezes antes do sol raiar nas áreas próximas às comunidades Ponta do Bom Jesus, Aê, Madeira.

Como consequência do uso da arte de pesca proibida, que extrai indivíduos jovens, fêmeas em alto volume, faz com que os pescadores dessas comunidades migrem e pesquem/extraíam o caranguejo em outras áreas, como citado a RESEX Soure no Marajó. (pescador, RESEX Mar Mocapajuba)

Destacam que a pressão pelo recurso é algo do dia a dia e cada vez precisam se deslocar para mais distante, a fim de garantir a alimentação da família e a renda ao final do dia. Os dados mostram que o fluxo e deslocamentos entre RESEX acontece continuamente, sendo que o território da RESEX Mocapajuba um dos mais explorados pelos vizinhos, para a pesca do caranguejo, correspondendo a 15 locais de pesca dos 36 citados como áreas com alta produtividade de caranguejos.

Nesse sentido, as áreas circundadas pelo rio Mojuim e Furo Maruin panema, as ilhas São João e São Miguel dos Ramos, parte do território da RESEX Mocapajuba são pontos de extração e pescaria do caranguejo-uçá, sendo bastante visitada por pescadores locais e por pescadores da comunidade do Guarajuba da RESEX de São João da Ponta e pelos pescadores locais da sede do município, residentes nos bairros Pepéua e Marabazinho na sede do município de São Caetano e Odivelas.

Sobre a RESEX Mãe Grande de Curuçá às pessoas entrevistadas afirmam que 75% pescam nas áreas do próprio município/RESEX. Sendo o manguezal de Curuçá um dos que mais recebe fluxos de deslocamentos advindos de São Caetano – RESEX Mocapajuba e São João da Ponta, sendo ponto de exploração e pesca contínuo, as comunidades de São João da ponta – Guarajuba que pesca na Ponta da Romana e Comunidade Deolândia que pesca nas áreas curuçaenses de Paxicu, Araquaim e Igarapé Cumerê.

É salutar destacar que as bacias dos rios Mojuim e Mocajuba são áreas importantes para a pesca e a manutenção da vida das comunidades, em ambos lados existem amplas áreas de pesca, sendo 16 de cada lado. Ao lado esquerdo, onde consta a comunidade em destaque do Guarajuba que margeia o rio Mojuim, lá são encontrados 20 (vinte) pontos com uso da arte de pesca proibida, o seu impacto sobre as pescarias locais e os conflitos latentes entre as RESEX São João da Ponta e Mocapajuba em São Caetano de Odivelas.

No lado oposto, está a bacia do rio Mocajuba que ocupa também 16 (dezesesseis) áreas de extração do caranguejo ao longo manguezal que circunda o rio. Sendo que 10 (dez) áreas com o intenso uso da arte de pesca proibida, com impacto real para relação entre as RESEX São João da Ponta e Mãe Grande de Curuçá.

Sabendo do conflito pelo recurso nos territórios estudados, as lideranças e pescadores entrevistados solicitaram que a pesquisa apresentasse os fundamentos para a proposta de regramento sobre o tema. Sendo apresentada em março de 2026 no conselho deliberativo da RESEX Mar de São João da Ponta a minuta sobre os conflitos de pesca nas bacias dos Rios Mojuim e Mocajuba no Pará, afim de possibilitar diálogos entre as comunidades e o ICMBio, em busca da melhor forma de combater e propor mudanças de comportamentos entre os pescadores que usam a arte de pesca proibida e tensionam as relações sociais nas comunidades de pesca que vivem do contato diário com o manguezal.

4 CONCLUSÕES

Portanto, a partir dos dados levantados em campo sobre a realidade local da extração e pesca do caranguejo nas bacias dos rios Mojuim e Mocajuba, reafirma-se o papel singular do manguezal na vida das populações litorâneas. A floresta de mangue e as suas dinâmicas são pilares da segurança alimentar, da ocupação e da geração de renda, revelando-se essenciais frente às adversidades socioeconômicas enfrentadas diariamente por essas comunidades tradicionais.

O estudo evidencia a gravidade e a expansão dos danos socioambientais em 70 (setenta) pontos de extração mapeados, que hoje sofrem forte pressão e estrangulam áreas historicamente utilizadas pela pesca artesanal. O uso da arte predatória (redinha/fiapo/farrapo) tem provocado não apenas a escassez do caranguejo, mas também alterações visíveis no ecossistema, como o ressecamento do solo e a queda de árvores, demandando novas pesquisas sobre o impacto direto na vegetação do manguezal. Ademais, constatou-se a preocupante extensão desse conflito e dos seus danos para além da área inicialmente pesquisada, atingindo novas fronteiras, como a RESEX Marinha de Soure, no arquipélago do Marajó.

Diante deste cenário, foram realizadas reuniões devolutivas com a apresentação dos resultados desta pesquisa junto aos Conselhos Deliberativos das RESEX e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), as Associações de Usuários

das RESEX Mar estudadas, afirmaram que a entrega do documento ao Conselho Deliberativo da RESEX de São João da Ponta com a minuta da Instrução Normativa atualizada sobre os conflitos de pesca na bacia dos rios Mojuim e Mocajuba se caracterizam como medidas urgentes. Este instrumento passa a contribuir de forma decisiva para a formulação dos debates que comporão os novos planos de manejo destas unidades de conservação estudadas.

Por fim, conclui-se que é imperativa a promoção de ações integradas para a melhor gestão do recurso pesqueiro entre as diferentes unidades de conservação. É necessário alinhar os esforços dos Núcleos de Gestão Integrada do ICMBio (Salgado Paraense e Soure) para atuar de forma conjunta com os pescadores locais. Valorizando o diálogo transparente com as comunidades será possível obter melhores resultados na fiscalização e no ordenamento da cadeia produtiva do caranguejo, a fim de conter a expansão das práticas irregulares que impactam o cotidiano das comunidades e vilas em unidade de conservação.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem pelo apoio e confiança aos seguintes coletivos e instituições: Associação de Usuários das RESEX Marinha Mocapajuba/PA, Associação de Usuários das RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá e Associação de Usuários das RESEX Marinha de São João da Ponta, Associação de usuários das RESEX Marinhas (AUREMs/PA), Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiras e Marinha (CONFREM), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, IFPA – Campus Castanhal, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e IFPA – Campus Marabá Industrial e IFPA – Campus Belém, ao Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne - LAENA (NAEA/UFPA).

REFERÊNCIAS

- ALVES, André; SAMAIN, Etienne. *Os argonautas do mangue precedido de Balinese character (re)visitado*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- ALVES, R. R. N.; NISHIDA, A. K. Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo-uçá *Ucides cordatus* (L. 1763) (Decapoda, Brachyura) do estuário do Rio Mamanguape, Nordeste do Brasil. **Revista Interciencia**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 36-43, 2003.
- BACKES, D. S. *et al.* Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 438-442, jun. 2011.
- BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Série Pesquisa Qualitativa).
- BOTELHO, E. R. O.; SANTOS, M. C. F.; PONTES, A. C. P. Algumas considerações sobre o uso da redinha na captura do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763), no litoral sul de Pernambuco, Brasil. **Boletim Técnico Científico do CEPENE**, Rio Formoso, v. 8, n. 1, p. 55-71, 2000.
- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Portaria nº 34, de 24 de junho de 2003**. Brasília, DF: IBAMA, 2003. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 6 maio 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Relatório do Programa Bolsa Família e Cadastro Único: Painéis de Monitoramento**. Brasília, DF: MDS, 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- CRUZ, S. S. L. Território pesqueiro e o desenvolvimento da Amazônia: atividade pesqueira como fator endógeno para o desenvolvimento regional. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 797–817, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.2-022>.
- FIGUEIREDO, J. F. *et al.* Desafios dos catadores de caranguejos na reserva extrativista Marinha Maracanã, Pará, Brasil. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 10, n. 18, p. 3225-3236, 2014.
- FISCARELLI, A. G.; PINHEIRO, M. A. A. Perfil socioeconômico e conhecimento etnobiológico do catador de caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763), nos manguezais de Iguape (24°41'S), SP, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 129-142, 2002.
- FREITAS NETTO, R.; NUNES, A. G. A.; ALBINO, J. As técnicas de pesca e o conhecimento tradicional envolvido nas atividades dos pescadores artesanais da comunidade de Santa Cruz, ES - Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 3, p. 131-140, 2002.

FURTADO, L. G. Formas de utilização de manguezais no litoral do estado do Pará: Casos de Marapanim e São Caetano de Odivelas. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 2, p. 113-127, jan./jun. 2006.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Brasil/Pará**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2025.

LOBATO, G. J. M. *et al.* Reserva Extrativista Marinha de Soure, Pará, Brasil: modo de vida das comunidades e ameaças ambientais. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 4, n. 4, p. 66-74, 2014.

MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 11, n. 2, p. 145-166, 1995.

NASCIMENTO, J. R. Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar. **Áskesis**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 18-40, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br>. Acesso em: 25 abr. 2025.

NASCIMENTO, J. R.; SILVA, A. B.; PASSOS, P. H. S. Nós somos metade gente, outra de caranguejo: a dinâmica socioespacial da pesca do caranguejo (*Ucides cordatus*) no maretório da RESEX Marinha Caeté-Taperaçú, Bragança/PA. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 42, p. 1-26, 2022.

PASSOS, P. H. S.; RIBEIRO, S. C. A.; BARBOSA, M. M. C. Interação homem-natureza: os pescadores, os caranguejos e o manguezal. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, [s. l.], abr. 2016.

SANTOS, K. G. S.; SIMONIAN, L. T. L. “E a espécie humana?” Trajetórias de resistência na RESEX Mãe Grande de Curuçá no Pará. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 6, n. 4, p. 11239-11254, 2024.

SOUZA, J. H. P. *et al.* Aspectos biológicos, socioeconômicos e ambientais da cadeia produtiva do caranguejo em RESEX marinhas do Pará. *Revista Caderno Pedagógico*, [s. l.], v. 21, n. 13, 2024.

VERGARA FILHO, W. **Manguezal de cordéis**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Sub-reitoria para assuntos comunitários, 1994.